

# PROMESSAS



## Nova carta, canal de manipulações

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

"Além de não se comprometer explicitamente com taxas de inflação, o novo documento estabelece alguns indicadores de política monetária que permitem a realização de artifícios com dados de final de mês." A definição é do diretor do Escritório Levy Corretora, Roberto Castelo Branco, ao comentar ontem, no Rio, a sexta carta de intenções entregue pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional.

Segundo ele, como pontos principais para o controle interno, o governo brasileiro passará a utilizar o desempenho da base monetária (expansão da moeda) com dados relativos à posição do último dia do mês, e para os meios de pagamento (depósitos à vista nos bancos mais dinheiro em poder do público) os dados referentes à média do mês.

Para Castelo Branco, que é também professor da Fundação Getúlio Vargas, esse mecanismo induz os bancos a sacarem seus recolhimentos compulsórios junto ao Banco Central, de modo a tornar possível a obtenção de resultados mais favoráveis para o controle da moeda. Lembrou que, no final desta semana, o novo mecanismo já resultou em razoável confusão no comportamento das operações realizadas no mercado aberto, quando o Banco Central aumentou as taxas de juros dos financiamentos de sexta para segunda-feira, de modo a induzir os bancos a sacarem nas reservas compulsórias e com isso, financiarem o *open*, permitindo que a autoridade monetária reduzisse sua participação no mercado.

Nesse caso específico — ressaltou — os resultados alcançados só têm efeito imediato, que não podem ser considerados como performance de política monetária, cuja abrangência é bem

maior. "Serviu, como aconteceu sexta-feira, para melhorar o ganho dos bancos, na medida em que apanharam dinheiro no compulsório para financiar o *open* a custo superior."

Após ressaltar que "a economia não vive de um dia e, sim, o que passou ao longo do ano", Castelo Branco afirmou que esses artifícios são resultado do fato de há dois anos o Brasil vir conseguindo uma grande flexibilidade política junto ao FMI, "às custas de ser bem comportado na condução das contas externas, o que lhe dá o direito de ser mal comportado internamente".

Tanto assim que, após dois anos de programa com o FMI, a inflação, em vez de cair praticamente duplicou, enquanto o déficit público aumentava, absorvendo toda a poupança do País, atualmente representando 17,8% do Produto Interno Bruto, segundo estimativa do próprio Banco Central.